

A PRÁTICA CULTURAL CINEMATOGRAFICA NA FORMAÇÃO DOCENTE DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA

Áurea Regina Guimarães Tomasi

aureagt@gmail.com

Centro Universitário Una- Programa de Pós Graduação em Gestão Social Educação e Desenvolvimento Local.

Brasil

Wânia Maria de Araújo

waniamariaaraujo@gmail.com

Centro Universitário Una- Programa de Pós Graduação em Gestão Social Educação e Desenvolvimento Local.

Brasil

Deisiane Aparecida Damasceno Ávila

deiseavila@yahoo.com.br

Centro Universitário Una- Curso de Pedagogia.

Brasil

Ari Silva Gobira

abr@abrconsultoriaambiental.com.br

Centro Universitário Una- Programa de Pós Graduação em Gestão Social Educação e Desenvolvimento Local.

Brasil

A PRÁTICA CULTURAL CINEMATOGRAFICA NA FORMAÇÃO DOCENTE DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA

RESUMO

Este relato apresenta parte de uma pesquisa sobre políticas públicas de cultura, mais especificamente, voltadas para bibliotecas e salas de cinema no município de Belo Horizonte/Brasil. Parte-se do pressuposto de que, embora a cultura seja um atributo do ser humano, o acesso a bibliotecas e ao cinema entendidos como práticas culturais capazes de contribuir para o fortalecimento da cidadania, é ainda bem restrito no Brasil. Assim, pretendeu-se conhecer o acesso de estudantes de pedagogia a esses bens culturais. Apoiou-se em um referencial teórico interdisciplinar com foco principal na discussão sobre o chamado cinema de arte em oposição ao cinema comercial, principalmente hollywoodiano e utilizou-se uma metodologia quantiqualitativa. Buscou-se conhecer as concepções e práticas cinematográficas de estudantes de Pedagogia, seja frequentando as salas de cinema, seja pela televisão, pela internet ou por outros meios. Cerca de uma centena de estudantes de pedagogia da rede pública e privada foram indagados, entre outros aspectos, sobre os critérios de escolha dos filmes que assistem e sobre a importância do cinema em suas vidas e na formação docente. Interrogou-se também sobre quais devem ser os objetivos e os critérios de seleção e exibição de filmes na faculdade e nas escolas de ensino fundamental. As constatações e a análise dos dados coletados visam contribuir para uma reflexão e possível expansão da oferta dessa prática cultural, como possibilidade de aprimoramento do olhar e da formação de futuros pedagogos.

Palavras Chave: Cultura, Cinema, Formação docente.

THE CINEMATOGRAPHIC CULTURAL PRACTICE IN THE PEDAGOGY STUDENTS TEACHING TRAINING

SUMMARY

This report presents part of a research on public culture policies, more specifically, for libraries and movie theaters in the city of Belo Horizonte / Brazil. Following from the presupposition that, although culture is an attribute that belongs to the human being, the access to libraries and cinema, as cultural practices capable of contributing to the strengthening of citizenship, is still very restricted in Brazil. Thus, it was intended to know the access of pedagogy students to these cultural assets. It was based on an interdisciplinary theoretical reference, with a main focus on the discussion about the so-called art cinema in opposition to the commercial cinema, mainly the Hollywood ones, and a quantitative/qualitative methodology was used. It was sought to know the conceptions and cinematographic practices of Pedagogy students, whether attending movie theaters, by television, internet or other means. About a hundred public and private pedagogy students were asked, among other things, about the criteria for choosing the films they watch and about the importance of cinema in their lives and in the teacher training. It also questioned about what the objectives and criteria of selection and screening of films in college and elementary schools should be. The findings and analysis of the collected data aim to contribute to a reflection and possible expansion of the offer of this cultural practice, as a possibility of enhancing the skill and the formation of future pedagogues.

Keywords: Culture, Movie theater, Teacher training.

INTRODUÇÃO

A cultura é uma prática inerente ao ser humano e ainda que seja universal, que se produza mesmo inconscientemente, na sociedade contemporânea, ela é considerada também como um direito do cidadão. Portanto, é necessário que o Estado e as políticas públicas estimulem sua produção e promovam o acesso de maior parte da população aos bens e serviços culturais como bibliotecas, museus, teatro e cinema, entre outros serviços, atividades, práticas e manifestações culturais.

Entretanto, embora a Constituição Federal contemple esse direito, as políticas públicas nessa área ainda são muito incipientes. Nesse cenário surgem iniciativas paralelas de instituições não governamentais que buscam desenvolver essa prática cultural, na tentativa de preencher essa lacuna das políticas públicas.

Na primeira etapa dessa pesquisa dentre as diferentes práticas culturais optou-se por investigar a oferta do cinema de arte, por ser uma modalidade da cultura capaz de viabilizar o fortalecimento da cidadania, ao se considerar o cinema de qualidade, o cinema de arte em oposição ao cinema mercadológico explorado pela indústria de massa. Partiu-se do pressuposto de que, o acesso e a familiaridade, com a linguagem do cinema de arte contribuiu para a cidadania e o desenvolvimento local.

Dando continuidade a essa investigação aprofundou-se esse estudo buscando conhecer a prática cultural cinematográfica de estudantes de pedagogia. Por acreditar que o acesso ao cinema de arte possibilita o aprimoramento de um olhar mais crítico é importante saber se futuros pedagogos têm acesso à sétima arte e de que forma.

Com uma fundamentação essencialmente sociológica com foco na cultura, na cidadania, no desenvolvimento local e no cinema como leitura de mundo que contribua com uma prática emancipatória, foi utilizada uma pesquisa quanti-qualitativa. O cenário é o município da Belo Horizonte onde foi analisado o acesso ao cinema, por parte de estudantes de Pedagogia de instituições de ensino superior pública e privada. Foi analisada a qualidade desse acesso partindo da frequência e se estendendo ao gênero de filmes e seu espaço na formação dos estudantes pesquisados.

DESENVOLVIMENTO

CULTURA, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Visto que o conceito de cultura é polissêmico, a ideia aqui não é exaurir considerações em torno do seu significado, mas ressaltar como ele também é relevante para elucidar questões referentes às ações desenvolvidas pelo poder público ou por outros atores sociais relativas ao campo das políticas públicas. Isto porque a cultura, além de orientar e influenciar a forma como os indivíduos interpretam a realidade na qual estão inseridos, também se insere no campo dos conflitos e lutas pela conquista de direitos sociais e políticos. Dessa forma, cultura é defendida nesse estudo, não somente como algo presente nas ações cotidianas dos sujeitos delineando, de certa forma, seus comportamentos nas mais diversas situações, mas como elemento importante e constitutivo de reflexão no campo das políticas públicas.

Para traçar breves considerações em torno do conceito de cultura vale mencionar a ideia de Benedict (1972) de que a cultura pode ser pensada como uma lente através da qual os homens veem o mundo. As lentes são diversas e isso leva a pensar sobre a diversidade cultural que compõe a humanidade, ou seja, quão diferentes são as formas de ver e interpretar o mundo, de viver e experimentar o cotidiano. Sendo assim, uma das

maneiras de perceber a presença da cultura no cotidiano dos indivíduos independente do lugar e da forma como vivem, é nos deter sobre as várias maneiras de conferir significados aos acontecimentos e aos objetos materiais que cada sociedade processa ao longo do tempo e como esses significados

São resultado de conflitos e tensões entre seus vários grupos sobre o que será considerado como válido e culturalmente construído por eles. Além disso, é importante ressaltar que a cultura é sempre resultado de um processo coletivo, isto é, refere-se sempre a uma produção coletiva que expressa a(s) visão(ões) de mundo dos vários grupos de sujeitos de uma sociedade. Um outro ponto importante a considerar, refere-se ao fato de que a cultura se insere no tempo, na história o que tem como consequência a mudança de aspectos que a compõem, mudanças essas que podem dizer respeito às formas de comportamento, ao conteúdo de significados que recobrem os acontecimentos ou os objetos de uma determinada sociedade. (Laraia, 2003)

Para DaMatta (1986) cultura pode ser compreendida como um código por meio do qual as pessoas de um determinado grupo classificam, pensam e modificam tanto o mundo quanto a si mesmas. Dessa forma, a cultura está presente em todos os grupos sociais e possibilita que eles se expressem e se apresentem socialmente de maneiras distintas porque partilham códigos distintos e as mudanças que ocorrem nos cenários onde vivem são também reflexos das transformações que ocorrem no interior desses códigos a partir das ações que os indivíduos desses grupos realizam.

Entre as ações realizadas pelos indivíduos que, contribuem, de certa forma, para as transformações da cultura, interessa aqui destacar aquelas que se referem à conquista de direitos corroborando para a prática e ação política dos indivíduos em uma sociedade e, por sua vez, podem estar relacionadas a pressão que os cidadãos exercem ao poder público para a implantação de políticas públicas. Isso significa que as ações de exercício da cidadania também podem ser pensadas como reflexo das transformações no campo da cultura. No caso brasileiro podemos pensar como o processo de redemocratização do país, iniciado nos anos 1980, contribuiu para essa mudança da cultura e práticas políticas de seus cidadãos, visto que esse processo culminou não só na mudança da forma de governar o país, mas também em uma nova configuração nas relações de poder (Jara, 1997). Essa nova cultura política, democrática e participativa é que tencionou a saída do regime militar e, para além disso, apontou para a legitimação institucional dos novos atores sociais.

A mudança observada foi a transformação de uma forma centralizada de tratar as questões públicas para uma forma descentralizada de administrar, tomar as decisões que passaram a contar com maior ou menor grau de participação social.

O novo contexto brasileiro que passa a contar com ações descentralizadas no que se refere à gestão pública dos recursos, passou também a contar com a participação dos cidadãos, não só no exercício de construção de ações coletivas que significassem pressão ao poder público para o cumprimento dos direitos garantidos a todos os brasileiros pela Constituição de 1988, bem como para exercer controle sobre os gastos públicos. Nesse sentido, torna-se claro que a percepção dos cidadãos envolvidos nas lutas por seus direitos em relação a condução da gestão dos recursos públicos não considera que essa ação seja de exclusividade do Estado e das elites econômicas, visto que a sociedade civil tem papel importante nesse processo. (Martins; Caldas, 2009) Então, desde a promulgação da Constituição de 1988 houve uma ampliação dos municípios com administrações que contam com a participação efetiva da população por meio de comitês, conselhos e outras instâncias deliberativas. Dessa forma, ao participarem ativamente do processo administrativo caminham em direção à construção da cidadania (Tenório, 2004).

Já no século XXI esse cenário de participação dos cidadãos nas decisões e rumos a adotar em seus espaços locais de experiências cotidianas sofreu alterações, mas a ideia de construir coletivamente processos de desenvolvimento não se arrefeceu, apenas ganhou novas “nuances”. Nessas novas “nuances” destaca-se as ações relativas ao desenvolvimento local que de acordo com Ávila (2000) possibilitam que os sujeitos de um determinado espaço territorial reconheçam suas capacidades, habilidades e competências para incrementar a cultura da solidariedade e dessa forma, tornarem-se aptos para gerenciar e agenciar os recursos de sua localidade com vistas a busca de soluções de questões de toda ordem e natureza presentes no seu cotidiano.

De acordo com Tenório (2004) pensar o desenvolvimento local implica levar em consideração as dimensões econômica, social, cultural, físico-territorial, ambiental, científico-tecnológica e também analisar os diferentes padrões de inter-relacionamento dos vários atores sociais. Segundo o referido autor, os processos de desenvolvimento local envolvem esforços tanto dos atores estatais, quanto da sociedade civil e do capital para construir projetos oriundos da negociação de interesses que podem ser divergentes e conflituosos. Mas para que isso ocorra é necessário que os atores envolvidos no processo ganhem visibilidade, sejam fortalecidos e desenvolvam propostas sócio-econômicas que dinamizem as potencialidades locais no intuito de alcançar a melhoria da qualidade de vida da população.

E uma educação interdisciplinar que inclua e promova ações voltadas para a cultura, poderá contribuir para o desenvolvimento local, passando pela formação docente a qual em seguida será desdobrada na educação de uma nova geração quando estes estudantes de pedagogia se tornarem professores e pedagogos.

CINEMA COMO PRÁTICA CULTURAL E CIDADÃ

Nesse estudo considera-se o cinema como uma prática capaz de contribuir para a criticidade por meio da arte. Pressupõe-se que o cinema de arte, não comercial, de qualidade possibilita a leitura de mundo e a criticidade que constrói o cidadão. Mas para isso é necessária uma alfabetização da linguagem cinematográfica o que vai ocorrer a partir do convívio da familiaridade dos sujeitos com essa modalidade da cultura como destaca Martin (2003): “É preciso aprender a ler um filme, a decifrar o sentido das imagens como se decifra o das palavras e dos conceitos, a compreender as sutilezas da linguagem cinematográfica. (...) há tantas interpretações de cada filme quantos forem os espectadores”. (p.28)

O acesso ao cinema torna-se, portanto, condição para que essa leitura se realize:

De acordo com o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1979), a experiência das pessoas com o cinema contribui para desenvolver o que se pode chamar de “competência para ver”, isto é, uma certa disposição, valorizada socialmente, para analisar, compreender e apreciar qualquer história contada em linguagem cinematográfica. Entretanto, o autor assinala que essa “competência” não é adquirida apenas vendo filmes; a atmosfera cultural em que as pessoas estão imersas – que inclui, além da experiência escolar, o grau de afinidade que elas mantêm com as artes e a mídia – é o que lhes permite desenvolver determinadas maneira de lidar com os produtos culturais, incluindo o cinema. (Duarte, 2002, p. 13)

Essa autora alerta que “ir ao cinema” trata-se de uma “prática social” que vai possibilitar determinado gosto e uma qualificação para a escolha e apreciação dos diferentes gêneros de filmes. Ainda segundo ela:

Em sociedades audiovisuais como a nossa, o domínio dessa linguagem é requisito fundamental para se transitar bem pelos mais diferentes campos sociais [...] É inegável que as relações que se estabelecem entre espectadores, entre estes e os filmes, entre cinéfilos e cinema e, assim por diante são profundamente educativas. O mundo do cinema é um espaço privilegiado de produção de relações de “sociabilidade”, no sentido que Simmel dá ao termo, ou seja, forma autônoma ou lúdica de “socialização”, possibilidade de interação plena entre desiguais, em função de valores, em função de valores, interesses e objetivos comuns.” (DUARTE 2002, p. 14- 17)

Para Lopes, o filme nos traz um novo olhar, ampliando nosso conhecimento e nos trazendo questionamentos e criticidade sobre questões que nos eram comuns e que nomeávamos com facilidade pela forma que culturalmente nos foi passada. “[...] mas educa no sentido que amplia e questiona o nosso conhecimento dos contextos em aparência familiares e facilmente nomeáveis”. LOPES 2007,p 37)

É importante também discutir o lugar ocupado pelo cinema e destacar seu papel colonizador e de aculturação, principalmente da indústria do cinema de Hollywood em oposição ao cinema de arte que possibilita a reflexão (LOPES, 2007) e tem como foco a alteridade e a diversidade cultural. (BERGALA, 2006)

Conforme Lopes (2007) também se faz necessário considerar que a industrialização da cultura, como por exemplo o monopólio americano, não apenas pode padronizar os meios de expressão do cinema, como também impor o consumo dessa cultura desde cedo a crianças e jovens que não são ensinados a reflexão e a crítica.

Lopes e Teixeira (2013, p.10) mostram que o cinema é uma criação artística que implica em uma “maneira de olhar” que pressupõe uma ideia sobre o mundo “uma ideia histórico-social, filosófica, estética, ética, poética, existencial”. Daí a importância de se viabilizar o acesso ao cinema de arte que na forma e no conteúdo podem possibilitar uma visão de mundo mais crítica no sentido de não apenas mostrar o mundo como ele é mas de como ele poderia ser e ainda pistas de porque ele não é diferente do que é.

Bergala (2006 p.46-47) alerta para o verdadeiro perigo em relação ao cinema aquele “que pode, entretanto, causar estragos mais profundos e mais duráveis: o da mediocridade ou da nulidade artística. Pior que os filmes ruins são os filmes medíocres”. E para evitar esse perigo ele defende o contato permanente com o filme de arte que estimula a emoção e o pensamento, para a “formação desse gosto que permite tomar certa distância/afastamento sobre os filmes ruins” que ele denomina “filme pipoca”. Daí a importância de que estudantes de Pedagogia, futuros educadores tenham acesso e uma maior familiaridade com o cinema, mas o cinema como arte.

Em oposição ao cinema como arte encontra-se a hegemonia do cinema comercial como os filmes de Hollywood que ocupam a maior parte das salas de cinema. Sobre essa “vertente hollywoodiana”, Lopes (2007, p. 70-84) desvenda suas inúmeras armadilhas que nem sempre são percebidas pelo assistente. Ele explica que os filmes de Hollywood utilizam recursos tecnológicos sofisticados e avançados, criando um universo imaginário e irreal que de forma sutil contribuem para a alienação, criando um “mundo de sonho [...] do sonho americano, segundo o qual todos os homens teriam, os mesmos trunfos para ter sucesso na vida”.

Esse autor mostra que se trata de um tipo de cinema que ou não retrata o mundo como ele é trazendo personagens irreais, extraordinários quase imortais, ou mostra o

mundo como é, mas sem possibilidades de mudanças, sem questionar a desigualdade social, a exploração, incitando a aceitação e a conformidade.

Em geral os filmes hollywoodianos mostram o branco ocidental como superior e “ridiculariza” os outros povos como índios, negros e latino americanos. Reforçando o maniqueísmo entre o bem e o mal todos aqueles que fogem ao padrão do homem americano são vistos como subversivos, perversos, “psicopata” ou “amoral”. Em relação a mulher esta tem um papel secundário em relação ao homem ou então é alguém que causa a sua “perdição”. Além disso, é um tipo de filme que manipula o sentimentalismo, estimula o individualismo, o consumismo, o sexo e a violência, explorando intensamente a ação e as catástrofes ou ainda o que esse autor denomina de “cultura do instantâneo”. Enfim todas essas são formulas que não possibilitam e não permitem pensar ou refletir. (LOPES, 2007, p.70-84)

Diante de uma polêmica sobre a exibição de filmes nessa perspectiva hollywoodiana versus os filmes de arte, Lopes (2007, p. 94) declara: “Defendemos um cinema de reflexão de pensamento e de resistência às formas banais. Um cinema de difícil acesso ao mercado distribuidor, restrito às salas de um circuito que sobrevive apenas nas grandes capitais do primeiro mundo.” Mas como esse autor destaca, o filme de arte que estimula o sentimento e o pensamento, ou seja, aquele dura muito além do tempo em que o assistente permanece em uma sala de cinema, que toca o sentimento, que leva a reflexão que possibilita intertextualidades com outros textos cinematográficos ou escritos ou com a própria vida e que contribuem com a criticidade dos sujeitos, esse é de difícil acesso para a maior parte da população.

E pensando no papel do cinema na escola, é importante pensar que a escola precisa trabalhar para que tanto o aluno, quanto o professor deixem de ser apenas um telespectador passivo e que passem a também criticar, a entender as interferências políticas, as intenções por trás das cenas, que sejam capazes de ler criticamente as imagens e entender os códigos por trás delas. Como bem explicita, Lopes (2007, p. 87): “Importa que o sujeito escolar se converta de agente passivo em sujeito ativo, livre, responsável e crítico dos meios de comunicação, por intermédio de diferentes formas de expressão criativa. –Por imagens, códigos, símbolos, relações, emoções e sensações” . Lopes (2007) destaca ainda a interlocução entre escola e cinema como algo que produz relações, cria sentidos e significados para os sujeitos escolares e promove aprendizagem a partir da vida cotidiana.

Apesar da grande desigualdade na produção, distribuição e acesso ao cinema de arte verificam-se algumas iniciativas no sentido de socializar esse tipo de cinema. Com a lei do cinema na escola essas questões aqui levantadas tornam se ainda mais pertinentes. A lei que Acrescenta ao art § 8º ao 26 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica e foi assinada pela presidenta Dilma Rousseff em Brasília, 26 de junho de 2014. Segundo o portal do Distrito Federal a lei acrescenta o artigo 8 que diz: “ § 8o A exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, 2 (duas) horas mensais.” (BRASIL, 2014)

Em torno da lei decretada, surgem muitas discussões como por exemplo como esses filmes entrariam em sala de aula, como seriam escolhidos, que critérios seriam utilizados nessa escolha e claro que não se pode deixar de perguntar se os professores estão preparados para utilizar desse recurso, se os mesmos possuem acesso ao cinema e se há em sua formação uma preparação para utilizar o cinema como fonte de conhecimento.

Cada vez mais a responsabilidade dos professores vem aumentando na sociedade, responsabilidade de formar um cidadão capaz de não somente saber fazer, mas ter um pensamento crítico e uma consciência política e social. O cinema pode ser um aliado, quando utilizado como recurso didático, mas estará o professor preparado para utilizar esse recurso?

Para Duarte (2002) quando se trata de cinema é necessário desenvolver uma “competência para ver” disposição para analisar e compreender qualquer história contada em linguagem cinematográfica. E segundo essa autora essa competência não é adquirida apenas por ver filmes, mas é necessário conhecer os diretores, as ideologias por trás dos filmes e compreender até as formas como uma luz é colocada, uma trilha sonora, o lugar onde a trama acontece, ou seja, a linguagem do cinema precisa ser compreendida, para se utilizar de um filme como um recurso didático, para que ele não esteja ali na sala de aula apenas como entretenimento ou como forma de tapar buraco na ausência de um professor ou de um imprevisto qualquer.

O professor deve buscar todas as informações sobre o filme para disponibilizá-las aos alunos, antes de exibi-lo em sala de aula, o professor dispondo de todas essas informações ajudará o aluno ao assistir o filme com um olhar mais crítico, como afirma Lopes (2007)

Esta pesquisa se propôs portanto conhecer, primeiramente se os estudantes de pedagogia em tido acesso ao cinema e em caso positivo, qual a qualidade desse cinema. É interessante conhecer além da sua frequência se se trata de um cinema de arte ou do chamado cinema pipoca de vertente hollywoodiana. Buscou-se ainda conhecer que desdobramentos esse cinema tem na vida dos estudantes, se o cinema é apenas entretenimento ou se toca o sentimento e provoque a reflexão e a formação cidadã.

Embora se defenda uma formação docente ampla e interdisciplinar, incluindo aspectos do domínio das diferentes disciplinas e a formação cidadã e cultural, estes últimos aspectos em geral são relegados e deixados a responsabilidade de cada estudante. O cinema especialmente, embora seja um componente fundamental para o fortalecimento da cidadania é um bem cultural ainda pouco explorado, pouco ofertado, pouco valorizado. Nesse contexto o cinema parece ocupar um lugar de prática cultural não prioritária, o que demanda um maior conhecimento e questionamentos em torno de seu acesso, com o objetivo de possibilitar e estimular uma maior familiaridade com essa expressão cultural visando fortalecer a cidadania por meio da arte, criatividade e criticidade.

METODOLOGIA

Buscou-se realizar uma investigação nos moldes de uma pesquisa essencialmente quantitativa, tendo em vista que se realizou um levantamento para identificar a prática cinematográfica de estudantes, embora ao mesmo tempo tenha se procurado apreender suas concepções em relação ao cinema e as contribuições que a sétima arte traz para a formação docente, humana e cidadã.

A amostra incluiu um grupo de 105 estudantes de 2 cursos de Pedagogia e aplicou-se um questionário em 52 estudantes de uma faculdade privada e 53 de uma universidade pública estadual. A amostra foi de 93% de respondentes do sexo feminino distribuídas do 1º ao 8º período do curso de pedagogia com maior concentração nos 3 primeiros semestres do curso. Não se fará distinção aqui entre os respondentes das duas faculdades, privada e pública, pois não se constatou diferenças marcantes entre as respostas de um grupo e outro.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

O LUGAR DO CINEMA NA VIDA DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA

Dois terços dos estudantes é solteiro e bem jovem sendo metade na faixa etária de até 25 anos. Apenas um quinto delas está acima de 30 anos e a maior parte mora em casa própria com pais de escolarização não muito elevada.

O acesso à internet se dá em casa, na faculdade e no celular, por parte de 98% dos estudantes dessa amostra e é este o suporte utilizado por metade dos respondentes para acessarem filmes. Em seguida foi indicada a televisão e apenas 6% apontou as salas de cinema.

Cerca da metade desses estudantes assiste filmes semanalmente e apenas 11% diariamente. Com relação à finalidade ou desdobramentos dessa prática cultural quase a metade (40%), acredita que o cinema serve ao mesmo tempo para emocionar, divertir e refletir. De forma isolada a diversão foi a finalidade mais apontada (25%), seguida da emoção (10%) e por último da reflexão (3%).

Um grande número de estudantes (70%), não possui sala de cinema próxima de suas casas e com isso 92% frequenta salas situadas dentro dos shoppings centers. Apenas o restante 8% frequenta salas de cine clube e cinemas de arte. A frequência à salas de cinema não é muito intensa, sendo mensal para praticamente a metade das estudantes da pesquisa, seguida de 18% que frequentam de 2 em 2 meses e 9% quinzenalmente. O restante frequenta mais raramente ainda. E quando se deslocam para as salas de cinema em sua maior parte, esses estudantes vão acompanhados de amigos, de pessoas da família. Apenas 6% tem o costume de ir sozinho. Entretanto, quando assistem filmes em casa, 47% tem o hábito de assistir sem qualquer companhia.

Perguntados sobre como fazem suas escolhas, inicialmente a respeito da nacionalidade dos filmes que mais assistem, 28 % apontou os de origem norte americana enquanto 33% preferem estes ao lado dos franceses. Apenas 6% apontou os filmes de origem brasileira como seus preferidos. Foram citados ainda indiano e chinês em porcentagens em pequenas e ainda assim sempre acompanhados do cinema norte americano, que foi assinalado mesmo a que ao lado de outras nacionalidades, por 94% dos respondentes.

Outros aspectos relacionado aos critérios de escolha diz respeito ao tema, à sinopse, à propaganda e indicação de amigos. Um total de 66% dos respondentes apontou esses 4 aspectos sendo que a propaganda supera a indicação de amigos. Mas cabe ressaltar que apenas 4% citou a direção do filme como um critério e ainda assim ao lado do tema e de atores.

Em outro bloco de perguntas os estudantes foram indagados sobre o que lhes impede de frequentarem salas de cinema e o tempo livre (54%) foi o mais indicado seguido do preço da entrada (41%). A localização foi apontada por apenas 5%.

A IMPORTÂNCIA DO CINEMA NA EDUCAÇÃO

O último bloco de perguntas voltou-se principalmente para a importância do cinema na faculdade e na escola de ensino fundamental. Os estudantes dessa amostra são unânimes sobre a importância do cinema no espaço escolar e universitário e cerca de 74% revelou que os professores exibem filmes em suas aulas com predominância dos documentários (67%) sobre os filmes de arte (23%). Mas a maior parte deles

(81%) não tem qualquer informação sobre a Lei que pretende obrigar a exibição mensal de filmes brasileiros no Ensino Fundamental.

É interessante destacar nas respostas destes estudantes de Pedagogia, que ao serem indagados sobre a importância do cinema em suas formações, objetivos como: “possibilidade de adquirir uma visão da realidade diferenciada e ampliada, de sair do lugar comum de mostrar a cultura da sociedade e a realidade, de refletir de forma crítica”, superam os objetivos preferencialmente didático/acadêmicos tais como: “entender a matéria, enfatizar o que o professor apresenta na aula, melhorar o entendimento do conteúdo das disciplinas, ajudar na aprendizagem”.

Entretanto, ao apontarem os critérios que o professor do Ensino Fundamental deveria adotar para exibir filmes para seus alunos, estes estudantes inverteram a opinião anterior e deram maior ênfase aos aspectos da escolarização como: “auxiliar o conteúdo das disciplinas, facilitar o aprendizado do conteúdo trabalhado, ajudar o conteúdo da matéria e dos temas da sala de aula”. Revelaram ainda uma preocupação com a “adequação à faixa etária dos alunos conforme a classificação indicativa do filme” e finalmente com a “educação em geral, com a contribuição pedagógica visando acrescentar algo ao desenvolvimento do aluno”. Em um número bem mais reduzido alguns respondentes apontaram a importância de critérios na escolha de filmes que possibilitassem aos alunos o acesso ao contexto cultural, à realidade, a reflexão sobre preconceito, diversidade, arte e estética. Apenas 3 estudantes mencionaram entretenimento e prazer e 2 citaram o gosto e interesse dos alunos.

CONCLUSÃO

Essas constatações revelam que os estudantes de Pedagogia não fogem à concepção predominante nas práticas escolares e as aplicam mesmo em práticas que são preferencialmente sociais e culturais. Assim como a instituição escolar “escolariza” as práticas de leitura literária (SOARES, 2007), os princípios que regem tempos e espaços escolares parecem também normatizar a sétima arte como alerta Bergala (2006) sobre o risco de a escola tornar obrigatória a exibição de filmes.

Os resultados dessa breve enquête ainda que não possam ser generalizados, servem para provocar uma reflexão sobre os riscos de uma excessiva escolarização da cultura na formação docente e da necessidade de se repensar as possibilidades da inclusão do cinema nas práticas dos estudantes de pedagogia bem como nas do ensino fundamental de forma que esta arte seja um enriquecimento da formação humana cidadão estética de pedagogos, das crianças e de adolescentes.

Para tal podem ser pensadas diferentes estratégias que ampliem a oferta e a discussão de filmes sobretudo de arte, no espaço escolar e universitário tendo em vista principalmente a inclusão e o respeito à cultura não permitindo que o cinema seja adotado simplesmente como mais um instrumento de trabalho escolar. E uma dessas possibilidades é indicada por Morin (2010, p. 84-85), ao propor uma reforma do pensamento que poderia por exemplo “instituir, em todas as Universidades e Faculdades, um dízimo epistemológico ou transdisciplinar, que retiraria 10% da duração dos cursos para um ensino comum, orientado para os pressupostos dos diferentes saberes[...]”. Assim, o cinema talvez pudesse ser incluído na formação docente e ter o espaço e importância que lhe cabem sem ser adulterado em sua essência, para cumprir o papel da educação com o cuidado de não o descaracterizar como arte.

BIBLIOGRAFIA

ÁVILA, V. F. et al. (2000). *Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos*. Editora UCDB. Campo Grande.

BENEDICT, R. (1972). *O Crisântemo e a Espada*. Perspectiva. São Paulo.

BERGALA, A. (2006) *L'hypothèse cinema*. Petit traité de transmission du cinema à l'école et ailleurs. Petit Bibliothèque des Cahiers du cinema. Paris.

BRASIL, (2014) LEI Nº 13.006, DE 26 DE JUNHO DE 2014. (2014) Accessed in 14th of August 2016 on the Web site of Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13006.htm.

DAMATTA, R. (1986). *O que faz o brasil, Brasil?* Rocco. Rio de Janeiro.

DUARTE, R. (2002). *Cinema e Educação*. Autêntica. Belo Horizonte.

JARA, C. J. (1997). Construindo o Poder Local. *Caderno CRH*. **26(27)**: 211-233.

LARAIA, R. de B. (2003). *Cultura: um conceito antropológico*. 16 ed. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro.

LOPES, J. de S. M. (2007). *Educação e Cinema: novos olhares na produção do saber*. Profedições. Porto.

LOPES, J. de S. M. TEIXEIRA, I. A de C. (2013). *A escola vai ao cinema*. Autêntica. Belo Horizonte.

MARTIN, M. (2003). *A linguagem cinematográfica*. Editora Brasiliense. São Paulo.

MARTINS, R. D'A.; CALDAS, E. de L. (2009). Visões do Desenvolvimento Local: uma análise comparada de experiências brasileiras. *Interações*. **10 (2)** 207-218.

SOARES, M. (2007) *A escolarização da leitura literária - O jogo do livro infantil e juvenil*. Autêntica. Belo Horizonte.

TENÓRIO, F. G. (2004) Cidadania e desenvolvimento local: casos brasileiros. In: *IX Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*, Madrid.